

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Ana Lúcia Roçadas – Secretariado Virtual

Website: secretariadovirtual.pt

E-mail: contacto@secretariadovirtual.pt

Última atualização: 2 de setembro de 2026

1. Responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais tratados no âmbito deste website e dos contactos realizados através dos seus canais é Ana Lúcia Roçadas – Secretariado Virtual.

E-mail de contacto: contacto@secretariadovirtual.pt

Website: secretariadovirtual.pt

2. Âmbito da Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade explica de que forma são tratados os dados pessoais no âmbito do website e dos contactos realizados com a Ana Lúcia Roçadas – Secretariado Virtual, bem como no contexto da prestação dos serviços, quando aplicável.

O tratamento é realizado de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

3. Dados pessoais que podem ser recolhidos

Consoante a forma de contacto e a finalidade, podem ser tratados dados como:

- Nome
- Endereço de e-mail
- Número de telefone, quando fornecido
- Assunto e conteúdo das mensagens ou pedidos
- Informação profissional e elementos necessários à preparação de propostas ou orçamentos
- Outros dados fornecidos voluntariamente pelo titular e necessários à finalidade do contacto ou serviço

4. Como são recolhidos os dados

Os dados podem ser fornecidos diretamente pelo titular através do formulário de contacto do website, por e-mail ou no âmbito da preparação de propostas, orçamentos e prestação de serviços.

5. Finalidades do tratamento

Os dados pessoais podem ser tratados para responder a pedidos de informação e mensagens; estabelecer contacto com potenciais clientes; compreender necessidades e preparar propostas ou orçamentos; estabelecer e gerir relações contratuais; prestar os serviços contratados; cumprir obrigações legais e fiscais; assegurar o funcionamento, segurança e proteção do website e dos seus sistemas; e prevenir utilizações indevidas ou incidentes de segurança.

6. Fundamentos de licitude

O tratamento poderá basear-se, consoante a situação, na necessidade de realizar diligências pré-contratuais, na execução de contrato, no cumprimento de obrigações legais, em interesses legítimos relacionados com a gestão e segurança da atividade ou no consentimento, quando este seja legalmente exigido.

Os dados são tratados de acordo com os princípios de licitude, lealdade e transparência, limitação das finalidades, minimização, exatidão, limitação da conservação, integridade e confidencialidade.

7. Tratamento de dados no âmbito dos serviços

Alguns serviços podem envolver o acesso a documentos e informações que contenham dados pessoais de terceiros, designadamente clientes, fornecedores, trabalhadores, colaboradores, candidatos, parceiros ou outros contactos do cliente.

Quando o tratamento seja realizado por conta de um cliente, os dados serão tratados apenas na medida necessária à execução dos serviços e de acordo com as instruções do cliente, que, quando aplicável, será o responsável pelo tratamento. Nesses casos, poderá ser celebrado um Acordo de Tratamento de Dados (ATD).

8. Confidencialidade

A Ana Lúcia Roçadas – Secretariado Virtual compromete-se a assegurar a confidencialidade dos dados pessoais a que tenha acesso no exercício da atividade e a não utilizar esses dados para finalidades incompatíveis com aquelas para as quais foram disponibilizados.

9. Comunicação de dados a terceiros

Os dados pessoais não são vendidos nem cedidos para fins comerciais incompatíveis com as finalidades acima indicadas. Poderão ser comunicados a terceiros quando tal seja necessário para a prestação do serviço, para utilização de prestadores técnicos, para cumprimento de obrigações legais ou para proteção da segurança e dos direitos da atividade, sempre dentro dos limites legalmente aplicáveis.

10. Ferramentas e prestadores de serviços

Para o funcionamento da atividade poderão ser utilizados serviços tecnológicos, de alojamento, correio eletrónico, formulários ou outras ferramentas digitais. Quando esses prestadores tratem dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento, serão adotadas as medidas e salvaguardas adequadas exigidas pela legislação aplicável.

11. Transferências internacionais

Sempre que a utilização de determinadas ferramentas ou prestadores implique uma transferência de dados pessoais para fora do Espaço Económico Europeu, serão aplicadas as salvaguardas previstas na legislação de proteção de dados, quando exigíveis.

12. Prazo de conservação

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período necessário para cumprir as finalidades para as quais foram recolhidos, sem prejuízo dos períodos de conservação impostos por obrigações legais, fiscais ou contratuais.

13. Segurança da informação

São adotadas medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acesso, alteração, divulgação, perda ou utilização não autorizada. Apesar das medidas de segurança adotadas, nenhum sistema de informação pode garantir segurança absoluta.

14. Direitos dos titulares dos dados

Nos termos legalmente aplicáveis, o titular dos dados pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, oposição e portabilidade. O exercício de determinados direitos pode estar sujeito às condições e exceções previstas no RGPD e na legislação aplicável.

15. Como exercer os seus direitos

Os pedidos relacionados com os direitos de proteção de dados podem ser enviados para contacto@secretariadovirtual.pt. O pedido deverá permitir identificar o titular e indicar, de forma suficientemente clara, o direito que pretende exercer. Poderá ser solicitada confirmação da identidade quando necessário para proteger os dados pessoais.

16. Direito de apresentar reclamação

O titular dos dados tem o direito de apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), enquanto autoridade de controlo competente em Portugal, caso considere que o tratamento dos seus dados pessoais viola a legislação aplicável.

17. Cookies

O website poderá utilizar cookies estritamente necessários ao seu funcionamento e à disponibilização das suas funcionalidades. Poderão existir outros tipos de cookies caso sejam posteriormente implementados serviços que os utilizem. Quando o consentimento seja legalmente exigido para cookies não essenciais, estes serão utilizados de acordo com as regras aplicáveis.

18. Ligações para websites externos

O website poderá conter ligações para websites ou serviços externos. Esses websites têm as suas próprias políticas e práticas de privacidade, pelas quais a Ana Lúcia Roçadas – Secretariado Virtual não é responsável.

19. Alterações à Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade poderá ser atualizada sempre que necessário, nomeadamente em resultado de alterações legais, regulamentares, tecnológicas ou da própria atividade. A versão disponibilizada no website indicará a respetiva data de atualização.

20. Contacto

Para qualquer questão relacionada com esta Política de Privacidade ou com o tratamento de dados pessoais, poderá contactar:

Ana Lúcia Roçadas – Secretariado Virtual

E-mail: contacto@secretariadovirtual.pt

Website: secretariadovirtual.pt

Última atualização: 2 de setembro de 2026